

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia

A Equatorial Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora"), tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o ticker "EQTL3" e desde 2008 participa do Novo Mercado. A sede social da Companhia está localizada na Alameda A, Quadra SQS, n.º100, Altos do Calhau - São Luís – MA.

A Companhia anunciou em 25 de setembro de 2012 através de fato relevante, a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de Centrais Elétricas do Pará S.A. – Em Recuperação Judicial ("CELPA" e "Contrato de Compra e Venda").

No dia 1º de novembro de 2012, conforme Fato Relevante publicado nesta mesma data, a Companhia concluiu, após aprovação pela ANEEL e pelo CADE, a aquisição da CELPA.

2. Entidades controladas

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
CEMAR	a.	65,11%	65,11%
Equatorial Soluções	b.	100,00%	100,00%
CELPA	c.	96,18%	61,36%

- a. **Companhia Energética do Maranhão ("CEMAR"):** Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo, em 31 de dezembro de 2013 a mais de 02 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

- b. Equatorial Soluções S.A.:** A Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.
- c. Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA):** Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo mais de 02 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as Companhias foram eliminados na consolidação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

2.1. Aquisições em 2012

Aquisição da Centrais Elétricas do Pará S.A."CELPA"

A Companhia anunciou em 25 de setembro de 2012 através de fato relevante, a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de Centrais Elétricas do Pará S.A. – Em Recuperação Judicial (CELPA) ("CELPA" e "Contrato de Compra e Venda").

Por meio do Contrato de Compra e Venda, uma vez verificadas determinadas condições precedentes, a Companhia obrigou-se a adquirir, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 (trinta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, trezentas e noventa e sete) ações de emissão da CELPA, sendo 38.717.480 (trinta e oito milhões, setecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias e 461.917 (quatrocentas e sessenta e um mil, novecentas e dezessete) ações preferenciais, totalizando uma participação de 65,18% (sessenta e cinco inteiros e dezoito centésimos por cento) do capital votante e 61,37% (sessenta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) do capital social total da CELPA ("Ações"). A consumação da operação esteve sujeita a certas condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda, incluindo, entre outras, a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE.

No dia 1º de novembro de 2012, conforme Fato Relevante publicado nesta mesma data, a Companhia concluiu, após aprovação pela ANEEL e pelo CADE, a aquisição da CELPA. Tendo em vista a imaterialidade do preço de aquisição, em linha com precedentes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Equatorial solicitou à CVM em 28 de novembro de 2012 dispensa da obrigação da realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações e manterá o mercado informado a este respeito.

A companhia adquirida é uma concessionária de distribuição de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital aberto com uma área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, beneficiando aproximadamente 7,7 milhões de habitantes em 143 municípios, distribuídos em uma área de 1.247.690 km².

Esta aquisição está em linha com a estratégia da Equatorial Energia de investimento no setor elétrico. A Companhia tem expertise em processos de reestruturação financeira e operacional e a CELPA estava em recuperação judicial e tinha indicadores operacionais deficientes, portanto, a aquisição foi realizada com o objetivo de gerar valor agregado tanto a Companhia quanto para a CELPA.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

2.1. Aquisições em 2012--Continuação

O processo de recuperação judicial da CELPA foi aprovado em 01 de setembro de 2012 por meio de assembléia geral de credores. Os termos do plano de recuperação contemplam, entre outros aspectos, um aporte de novos recursos na Companhia no montante de R\$ 700.000, podendo ser realizado pela Companhia adquirente ou por terceiros, acionistas ou não da CELPA. Esse aporte pode ser feito mediante aumento de capital, adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), através de um instrumento de dívida subordinada na hipótese de falência ou combinação de duas ou mais destas formas. Do referido montante, R\$ 350.983 já foram aportados pela Equatorial Energia, por meio de adiantamento para futuro aumento de capital sendo R\$ 350.000 em 14 de dezembro de 2012 e R\$ 983 em 31 de dezembro de 2012.

No exercício de 2012, a CELPA teve receita operacional líquida de R\$430.602 e resultado negativo de R\$159.956. Caso a CELPA tivesse sido consolidada a partir de 01 de janeiro de 2012, o a receita líquida total de R\$ 2.349.951 e um prejuízo de (R\$ 696.863) teria sido adicionado na demonstração do resultado da Equatorial Energia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

2.1. Aquisições em 2012--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da CELPA, na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	44.811
Investimentos de curto prazo	99.811
Contas a receber de clientes	529.927
Impostos e contribuições a recuperar	81.956
Impostos sobre o lucro a recuperar	55.241
Estoques	8.900
Serviços pedidos	38.661
Aquisição de combustível - conta CCC	112.052
Outros créditos a receber	122.092
Depósitos judiciais	20.387
Ativo financeiro da concessão	516.009
Sub-rogação da CCC	198.484
Investimentos	7.533
Intangível (a)	2.421.558
Total de ativos	4.257.422

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

2.1. Aquisições em 2012--Continuação

Passivo

Fornecedores	325.732
Folha de pagamento e provisão de férias	26.877
Empréstimos e financiamentos (b)	1.149.955
Taxas regulamentares a pagar	110.885
Impostos e contribuições a recolher	824.473
Dividendos e JCP	30.043
Taxa de iluminação pública	17.684
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	89.876
Participação nos lucros de empregados	116
Coligadas e controladas ou controladoras	286.230
Outras contas a pagar (d)	675.640
Indenizações trabalhistas	98.331
Imposto de renda e contribuição social diferidos (e)	37.621
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (c)	569.624
Plano de aposentadoria e pensão	14.335
Total do passivo	4.257.422

Total líquido de ativos identificáveis

-

- a) Registro de redução do ativo intangível no montante de (R\$ 317.081) apurada por meio de avaliação da Companhia.

Também para a referida conta a Companhia identificou um ativo intangível relacionado aos contratos de concessão no montante de R\$ 336.305, apurado de acordo com a metodologia de MEEM - Multi-period excess earnings method.

- b) Na data de aquisição, a controlada CELPA possuía um passivo no montante de R\$ 520.267 registrado na conta de empréstimos e financiamentos que foi renegociado no contexto de recuperação judicial. O valor de mercado deste saldo representa R\$91,267.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas--Continuação

2.1. Aquisições em 2012--Continuação

- c) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$ 343.161.
- d) A apuração do valor justo para esta conta se deu em decorrência da existência de um saldo a ser restituído pela Companhia referente ao programa Luz para Todos do Governo Federal. O ajuste no montante de R\$ 60.000 se deu por meio de estimativa elaborada pela Companhia.
- e) Para todos os ajustes apresentados acima foram considerados o cálculo de imposto de renda diferido (ativo e passivo) totalizando montante de R\$6.872.

Custos de aquisição

Custos relacionados à aquisição de R\$ 3.666 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas e referem-se principalmente a despesas com assessores jurídicos, consultores e auditores.

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A demonstração consolidada do valor adicionado, apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil, sendo facultativa para as demais entidades, a menos que exigida pelo órgão regulador.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

a. Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controladas.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação

- ***Demonstrações financeiras individuais***

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Equatorial Energia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

- ***Controladas***

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia;

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão, - CEMAR, Equatorial Soluções S.A. e Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

• *Participação em Joint Ventures*

A Companhia mantém participação em *joint venture*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando a consolidação proporcional à sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da *joint venture*, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da *joint venture* são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

- ***Participação em Joint Ventures--Continuação***

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação da Companhia nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua *joint venture*. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A *joint venture* é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e a Vila Velha Termoeletricas Ltda.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

b. Base de consolidação--Continuação

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

c. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidos de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

d. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

e. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias tributárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

e. Impostos

Impostos diferidos--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

e. Impostos

Imposto sobre vendas

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão.

A Administração decidiu optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

f. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

g. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e controladas se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro de concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

g. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e swaps de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante e de fornecedores, conforme nota 7.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

j. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas contas a receber (nota 7).

k. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excede o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

I. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia junto a União (poder Concedente – Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CEMAR e pela CELPA (Concessionárias – Operadoras), onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem(classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no valor de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

I. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

- b. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, Nota nº 14.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida)

durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

l. Ativo Indenizável (Concessão)--Continuação

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

m. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não é o prazo de validade, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

m. Ativos intangíveis

- **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

n. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

o. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete

ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

p. Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

- **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de

benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do Grupo e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

p. Benefícios a empregados--Continuação

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

q. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Funcionários trabalhando no grupo de desenvolvimento dos negócios são recompensados com direitos de valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Esta diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

r. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

r. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

s. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

s. Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

u. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

v. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações. Essas incluem o CPC 33 (R1) Benefícios a empregados, CPC 19 (R1) Negócios em conjunto e o CPC 46 Mensuração do valor justo..

Outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir.

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

A aplicação do CPC 19 (R2) afetou a forma como a Companhia contabiliza participações em uma *joint venture*. A Companhia detém participação de 25% na Geradora de Energia do Maranhão S.A.. Antes da transição ao CPC 19 (R2), Geradora de Energia do Maranhão S.A. foi classificada como entidade controlada em conjunto, e a participação da Companhia nos ativos, passivos, receitas, lucros e despesas foi proporcionalmente consolidada nas demonstrações financeiras consolidadas. No momento da adoção do CPC 19 (R2), a Companhia determinou que a sua participação na Geradora de Energia do Maranhão S.A. deveria ser classificada como *joint venture*, nos termos do CPC 19 (R2), sendo requerida a contabilização utilizando-se o método de equivalência patrimonial. A transição foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pelo CPC 19 (R2), com reapresentação das informações comparativas para o período imediatamente anterior (2012). A aplicação do CPC 19 (R2) sobre as demonstrações financeiras da Companhia tem seus efeitos apresentados no item “x” desta nota.

A transição não causou nenhum impacto sobre outros resultados abrangentes no exercício ou no lucro por ação básico ou diluído da Companhia.

CPC 46 Mensuração a Valor Justo

O CPC 46 estabelece uma única fonte de orientação nos CPCs para todas as mensurações a valor justo.

O CPC 46 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--

Continuação

O CPC 46 define valor justo como preço de saída. Como resultado da orientação fornecida no CPC 46, a Companhia reavaliou suas políticas para mensuração dos valores justos, especialmente as informações sobre avaliação, como, por exemplo, risco de não execução para mensuração de passivos a valor justo. O CPC 46 também exige divulgações adicionais.

A aplicação do CPC 46 não afetou significativamente as mensurações a valor justo do Grupo. Divulgações adicionais, quando exigidas, são fornecidas em notas explicativas individuais relacionadas com os ativos e passivos cujos valores justos foram apurados.

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios. Portanto, esses ganhos e perdas atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente, resultando em um passivo cujo montante diferia do valor presente estimado das obrigações atuariais ainda não reconhecidas.

Os principais impactos na adoção da norma nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012, são os seguintes:

- i. Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos em contrapartida a “Outros Resultados Abrangentes”, dada a extinção do método do corredor para reconhecimento dos resultados atuariais;
- ii. A reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o qual não trouxe impactos pelo fato de a Companhia não ter ativos atuariais.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 – Continuação

b) Correção de erros

A CELPA registrou complemento de seu passivo atuarial dos planos de benefício pós-emprego, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no montante de R\$16.258.

Em decorrência destas alterações, a CELPA reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 18.081 e aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 6.148, tendo como contrapartida uma redução de R\$ 11.933 no seu patrimônio líquido.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia:

Impacto sobre o balanço patrimonial do consolidado em 01 de janeiro de 2012

	Consolidado		
	Balanço patrimonial divulgado em 01/01/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	Balanço patrimonial de 01/01/2012 divulgado em 31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	242.655	(5.145)	237.510
Investimentos de curto prazo	205.745	(4.856)	200.889
Contas a receber de clientes	472.627	(5.558)	467.069
Impostos e contribuições a recuperar	38.594	379	38.973
Impostos sobre o lucro	30.234	10.951	41.185
Dividendos a receber	-	2.042	2.042
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	-
Estoques	8.752	(2.651)	6.101
Serviços pedidos	29.102	-	29.102
Depósitos judiciais	17.943	-	17.943
Outros créditos	7.965	(267)	7.698
	1.053.617	(5.105)	1.048.512
Não circulante			
Contas a receber de clientes	69.980	-	69.980
Impostos e contribuições a recuperar	40.321	-	40.321
Impostos sobre o lucro	9.453	-	9.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.911	(172)	75.739
Depósitos judiciais	133.321	-	133.321
Cauções em garantia	-	-	-
Aplicação em garantia	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	79.214	-	79.214
Sub-rogação da CCC	-	-	-
Outros créditos	8.950	-	8.950
Investimentos	272	55.113	55.385
Imobilizado	137.749	(136.555)	1.194
Intangível	1.790.043	(11.347)	1.778.696
	2.345.214	(92.961)	2.252.253
Total do Ativo	3.398.831	(98.066)	3.300.765

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação

Impacto sobre o balanço patrimonial do consolidado em 01 de janeiro de 2012

	Consolidado		Balanço patrimonial de 01/01/2012 divulgado em 31/12/2013
	Balanço patrimonial divulgado em 01/01/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	189.203	(2.249)	186.954
Folha de pagamento e provisão de férias e encargos	8.249	(38)	8.211
Empréstimos e financiamentos	276.747	(62.456)	214.291
Debêntures	65.438	(3.848)	61.590
Operações swap	-	-	-
Taxas regulamentares a pagar	9.227	-	9.227
Impostos e contribuições a recolher	53.165	(975)	52.190
Impostos sobre o lucro a recolher	14.717	11.597	26.314
Dividendos e juros sobre o capital a pagar	54.816	(1)	54.815
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	35.784	-	35.784
Taxa de iluminação pública	14.534	-	14.534
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	14.657	(364)	14.293
Participação nos lucros de empregados	18.682	-	18.682
Indenizações trabalhistas	-	-	-
Recuperação judicial	-	-	-
Outras contas a pagar	31.785	(1.074)	30.711
	787.004	(59.408)	727.596
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	928.122	-	928.122
Debêntures	199.089	(38.709)	160.380
Impostos e contribuições a recolher	37.727	-	37.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	50	50
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	146.232	2	146.234
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23.305	-	23.305
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	-
Taxas regulamentares	-	-	-
Recuperação judicial	-	-	-
Outras contas a pagar	18.809	(1)	18.808
	1.353.284	(38.658)	1.314.626
Patrimônio líquido			
Capital social	566.831	-	566.831
Reservas de capital	13.339	-	13.339
Reservas de lucros	341.958	-	341.958
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	922.128	-	922.128
Participação minoritária	336.415	-	336.415
Total do patrimônio líquido	1.258.543	-	1.258.543
Total do passivo	3.398.831	(98.066)	3.300.765

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. *Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação*

Impacto sobre a demonstração dos resultados do consolidado em 01 de janeiro de 2012

	Consolidado	
	Divulgação de resultado divulgado em 01/01/2012	Divulgação de resultado divulgado em 01/01/2012 divulgado em 31/12/2013
	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	
Receita operacional líquida	1.980.528	(38.455)
Custo do serviço de energia elétrica	(1.276.724)	8.077
Custo da energia elétrica	(1.114.063)	7.340
Energia elétrica comprada para revenda	(529.835)	7.340
Custo de construção	(495.588)	-
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(88.640)	-
Custo da operação	(162.661)	737
Pessoal	(24.372)	127
Material	(6.648)	-
Serviços de terceiros	(56.448)	-
Depreciação e amortização	(75.555)	-
Arrendamentos e aluguéis	(1.560)	-
Subvenção CCC	-	-
Outros	1.922	610
Lucro operacional bruto	703.804	(30.378)
(Despesas) Receitas operacionais		
Despesas com vendas	(110.472)	-
Despesas administrativas	(88.111)	1.000
Despesa com pessoal e administradores	(12.357)	195
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(27.907)	-
Provisão (reversão) de contingências	(18.533)	-
Depreciação e amortização	(24.415)	9.477
Amortização do direito de concessão	(8.389)	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	11.304
Outras despesas/receitas operacionais	(56.189)	(4.567)
Total de receitas (despesas) operacionais	(346.373)	17.409
Lucro antes do resultado financeiro	357.431	(12.969)
Resultado financeiro	(53.428)	10.886
Receitas financeiras	111.037	(1.058)
Despesas financeiras	(164.465)	11.944
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	304.003	(2.083)
Imposto de renda e contribuição social	(57.834)	2.083
Contribuição social	(25.557)	1.196
Imposto de renda	(49.400)	837
Incentivo fiscal SUDENE	47.978	-
Impostos diferidos	(30.855)	50
Lucro líquido do exercício	246.169	-
Atribuível aos acionistas não controladores	(86.173)	-
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da controladora	159.996	-
Lucro por ação (R\$) básico diluído	1,4597	1,4597
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício	109.612	109.612

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação

Impacto sobre o balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Balanço patrimonial de 31/12/2012 divulgado em 31/12/2013
	Balanço patrimonial divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	Correção de erros (b)	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	23	-	-	23
Investimentos de curto prazo	804.887	-	-	804.887
Impostos sobre o lucro	3.330	-	-	3.330
Dividendos a receber	54.984	-	-	54.984
Serviços pedidos	280	-	-	280
Operações swap	248	-	-	248
Outros créditos	604	-	-	604
	<u>864.356</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>864.356</u>
Não circulante				
Impostos sobre o lucro	8.774	-	-	8.774
Outros créditos	303.220	-	-	303.220
Investimentos	1.308.502	(739)	(6.584)	1.301.179
Imobilizado	298	-	-	298
	<u>1.620.794</u>	<u>(739)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>1.613.471</u>
Total do ativo	<u>2.485.150</u>	<u>(739)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>2.477.827</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação

Impacto sobre o balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Balanço patrimonial de 31/12/2012 divulgado em 31/12/2013
	Balanço patrimonial divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	Correções de erros (b)	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	1.764	-	-	1.764
Folha de pagamento e provisão de férias e encargos	124	-	-	124
Operações swap	2.050	-	-	2.050
Impostos e contribuições a recolher	295	-	-	295
Impostos sobre o lucro a recolher	28	-	-	28
Dividendos e juros sobre o capital a pagar	33.579	-	-	33.579
Participação nos lucros de empregados	3.762	-	-	3.762
Outras contas a pagar	272.117	-	-	272.117
	<u>313.719</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>313.719</u>
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50	-	-	50
	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	1.742.519	-	-	1.742.519
Reservas de capital	14.080	-	-	14.080
Reservas de lucros	437.044	(739)	(3.929)	432.376
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	-	-	(22.262)
Outros resultados abrangentes	-	-	(2.655)	(2.655)
Total do patrimônio líquido	<u>2.171.381</u>	<u>(739)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>2.164.058</u>
Total do passivo	<u>2.485.150</u>	<u>(739)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>2.477.827</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação

Impacto sobre a demonstração dos resultados da controladora em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			
	Saldo anteriormente divulgado*	Efeito da IAS 19/CPC 33 (R1) (a)	Correções de erros (b)	Saldo reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	-
Custo do serviço de energia elétrica	-	-	-	-
Lucro operacional bruto	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	140.075	(738)	(3.929)	135.408
Resultado da equivalência patrimonial	173.934	(738)	(3.929)	169.267
Outras despesas e receitas	(33.859)	-	-	(33.859)
Prejuízo antes do resultado financeiro	140.075	(738)	(3.929)	135.408
Resultado financeiro líquido	707	-	-	707
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de	140.782	(738)	(3.929)	136.115
Imposto de renda e contribuição social	213	-	-	213
Prejuízo do exercício	140.995	(738)	(3.929)	136.328

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação

Impacto sobre o balanço patrimonial do consolidado em 31 de dezembro de 2012

Ativo	Consolidado			Balanço patrimonial de 31/12/2012 divulgado em 31/12/2013
	Balanço patrimonial divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	135.146	(2.045)	-	133.101
Investimentos de curto prazo	1.592.099	-	-	1.592.099
Contas a receber de clientes	1.151.254	(56.950)	-	1.094.304
Impostos e contribuições a recuperar	78.951	-	-	78.951
Impostos sobre o lucro	27.251	(337)	-	26.914
Dividendos a receber	-	4.053	-	4.053
Aquisição de combustível - conta CCC	153.394	-	-	153.394
Estoques	29.247	(3.897)	-	25.350
Serviços pedidos	81.527	(33)	-	81.494
Depósitos judiciais	89.411	-	-	89.411
Outros créditos	40.696	(383)	-	40.313
	3.378.976	(59.592)	-	3.319.384
Não circulante				
Contas a receber de clientes	89.366	(67)	-	89.299
Impostos e contribuições a recuperar	104.891	-	-	104.891
Impostos sobre o lucro	52.397	-	-	52.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.663	(449)	-	11.214
Depósitos judiciais	180.584	-	-	180.584
Cauções em garantia	-	-	-	-
Aplicação em garantia	6.754	(6.754)	-	-
Ativo financeiro da concessão	1.052.945	-	-	1.052.945
Sub-rogação da CCC	211.699	-	-	211.699
Outros créditos	45.812	-	-	45.812
Investimentos	9.736	57.148	-	66.884
Imobilizado	134.613	(131.954)	-	2.659
Intangível	4.154.025	(11.346)	-	4.142.679
	6.054.485	(93.422)	-	5.961.063
Total do Ativo	9.433.461	(153.014)	-	9.280.447

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. *Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação*

Impacto sobre o balanço patrimonial do consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado				Balanço patrimonial de 31/12/2013
	Balanço patrimonial divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	Correção de erros	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	709.930	(46.898)	-	-	663.032
Folha de pagamento e provisão de férias e encargos	27.938	(34)	-	-	27.904
Empréstimos e financiamentos	648.706	(28)	-	-	648.678
Debêntures	177.461	(7.859)	-	-	169.602
Operações swap	2.050	-	-	-	2.050
Taxas regulamentares a pagar	24.706	-	-	-	24.706
Impostos e contribuições a recolher	282.556	(609)	-	-	281.947
Impostos sobre o lucro a recolher	5.067	(1.035)	-	-	4.032
Dividendos e juros sobre o capital a pagar	90.547	-	-	-	90.547
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	32.384	-	-	-	32.384
Taxa de iluminação pública	46.098	-	-	-	46.098
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	59.150	(1.130)	-	-	58.020
Participação nos lucros de empregados	25.817	-	-	-	25.817
Indenizações trabalhistas	232	-	-	-	232
Recuperação judicial	8.963	-	-	-	8.963
Outras contas a pagar	512.579	(853)	-	-	511.726
	2.654.184	(58.446)	-	-	2.595.738
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.995.057	(20.872)	-	-	1.974.185
Debêntures	356.628	(73.418)	-	-	283.210
Impostos e contribuições a recolher	431.706	-	-	-	431.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.828	(278)	(620)	(5.528)	16.402
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	754.488	-	-	-	754.488
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	71.211	-	-	-	71.211
Plano de aposentadoria e pensão	15.349	-	1.823	16.258	33.430
Taxas regulamentares	88.260	-	-	-	88.260
Recuperação judicial	409.530	-	-	-	409.530
Outras contas a pagar	106.695	-	-	-	106.695
	4.251.752	(94.568)	1.203	10.730	4.169.117
Patrimônio líquido					
Capital social	1.742.519	-	-	-	1.742.519
Reservas de capital	14.080	-	-	-	14.080
Reservas de lucros	437.044	-	(739)	(3.929)	432.376
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	-	-	-	(22.262)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.655)	(2.655)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	2.171.381	-	(739)	(6.584)	2.164.058
Participação minoritária	356.144	-	(464)	(4.146)	351.534
Total do patrimônio líquido	2.527.525	-	(1.203)	(10.730)	2.515.592
Total do passivo	9.433.461	(153.014)	-	-	9.280.447

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. *Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia --Continuação*

Impacto sobre a demonstração dos resultados do consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado				Divulgação de resultado divulgado em 31/12/2013
	Divulgação de resultado divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	Correção de erros	Divulgação de resultado divulgado em 31/12/2012
Receita operacional líquida	2.987.183	(102.687)	-	-	2.884.496
Custo do serviço de energia elétrica	(2.122.864)	66.783	-	-	(2.056.081)
Custo da energia elétrica	(1.871.080)	65.631	-	-	(1.805.449)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.037.416)	65.631	-	-	(971.785)
Custo de construção	(701.849)	-	-	-	(701.849)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(131.815)	-	-	-	(131.815)
Custo da operação	(251.784)	1.152	-	-	(250.632)
Pessoal	(47.603)	161	-	-	(47.442)
Material	(47.529)	-	-	-	(47.529)
Serviços de terceiros	(110.423)	991	-	-	(109.432)
Depreciação e amortização	(86.870)	-	-	-	(86.870)
Arrendamentos e aluguéis	(1.243)	-	-	-	(1.243)
Subvenção CCC	45.327	-	-	-	45.327
Outros	(3.443)	-	-	-	(3.443)
Lucro operacional bruto	864.319	(35.904)	-	-	828.415
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas com vendas	(146.980)	1.889	-	-	(145.091)
Despesas administrativas	(154.280)	229	-	-	(154.051)
Despesa com pessoal e administradores	(22.696)	-	-	-	(22.696)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(58.109)	-	-	-	(58.109)
Provisão (reversão) de contingências	18.092	-	-	-	18.092
Provisão de plano de pensão e aposentadoria	(1.014)	-	(1.203)	(12.551)	(14.768)
Depreciação e amortização	(23.078)	4.760	-	-	(18.318)
Amortização do direito de concessão	(5.816)	-	-	-	(5.816)
Resultado da equivalência patrimonial	-	18.180	-	-	18.180
Outras despesas/receitas operacionais	(42.994)	206	-	-	(42.786)
Total de receitas (despesas) operacionais	(436.875)	25.264	(1.203)	(12.551)	(425.363)
Lucro antes do resultado financeiro	427.444	(10.640)	(1.203)	(12.551)	403.052
Resultado financeiro	(98.490)	7.281	-	-	(91.209)
Receitas financeiras	260.565	(720)	-	-	259.845
Despesas financeiras	(359.055)	8.001	-	-	(351.054)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	328.954	(3.359)	(1.203)	(12.551)	311.843
Imposto de renda e contribuição social	(113.884)	3.359	-	6.148	(104.377)
Contribuição social	(42.817)	2.151	-	-	(40.666)
Imposto de renda	(68.787)	5.165	-	-	(63.622)
Incentivo fiscal SUDENE	65.974	(4.007)	-	-	61.967
Impostos diferidos	(68.254)	50	-	6.148	(62.056)
Lucro líquido do exercício	215.070	-	(1.203)	(6.403)	207.466
Atribuível aos acionistas não controladores	(74.075)	-	463	2.474	(71.138)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	140.995	-	(740)	(3.929)	136.328
Lucro por ação (R\$) básico diluído	1,2863				1,2437
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício	109.612				109.612

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia -- Continuação

Impacto sobre a demonstração dos fluxos de caixa do consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado		Fluxo de Caixa de 31/12/2012 divulgado em 31/12/2013
	Fluxo de Caixa Divulgação de resultado divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(199.284)	(32.676)	(231.960)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(1.528.533)	14.983	(1.513.550)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	1.620.308	20.793	1.641.101
Disponibilidades geradas no exercício	(107.509)	3.100	(104.409)
Demonstração da redução nas disponibilidades			
Caixa no início do período	242.655	(5.145)	237.510
Caixa no final do período	135.146	(2.045)	133.101
Redução nas disponibilidades	(107.509)	3.100	(104.409)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

x. Impactos dos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 nas demonstrações financeiras da companhia -- Continuação

Impacto sobre a demonstração do valor adicionado do consolidado em 31 de dezembro de 2012

	Consolidado				Demonstração do Valor Adicionado divulgado em 31/12/2012
	Demonstração do Valor Adicionado divulgado em 31/12/2012	Ajustes pela adoção do CPC 19 (R2)	Ajustes pela adoção do CPC 33 (R1)	Correção de erros	Demonstração do Valor Adicionado divulgado em 31/12/2013
Receitas					
Vendas de produtos e serviços	3.883.453	(113.154)	-	-	3.770.299
Outras despesas/receitas operacionais	(38.316)	(4.468)	-	-	(42.784)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(58.109)	-	-	-	(58.109)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(4.675)	4.675	-	-	-
Provisão plano de aposentadoria e pensão	(1.014)	1.014	(1.203)	(12.551)	(13.754)
Provisão (reversão) de contingências	18.092	-	-	-	18.092
	3.799.431	(111.933)	(1.203)	(12.551)	3.673.744
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.871.080)	65.632	-	-	(1.805.448)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(343.373)	2.882	-	-	(340.491)
Despesas Comerciais e Outras	(3.976)	2	-	-	(3.974)
	(2.218.429)	68.516	-	-	(2.149.913)
Valor adicionado (aplicado) bruto	1.581.002	(43.417)	(1.203)	(12.551)	1.523.831
Depreciação e amortização	(109.948)	4.760	-	-	(105.188)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	1.471.054	(38.657)	(1.203)	(12.551)	1.418.643
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta	89.683	(46.690)	-	-	42.993
Benefícios	56.872	(93)	-	-	56.779
FGTS	13.644	(101)	-	-	13.543
Outros	(23.897)	47.511	-	-	23.614
	136.302	627	-	-	136.929
Tributos					
Federais	528.613	(13.826)	(620)	(5.528)	508.639
Estaduais	480.321	-	-	-	480.321
Municipais	1.220	-	-	-	1.220
	1.010.154	(13.826)	(620)	(5.528)	990.180
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	127.015	(127.015)	-	-	-
Aluguéis	5.222	1	-	-	5.223
	132.237	(127.014)	-	-	5.223
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	33.487	(33.487)	-	-	-
Lucros retidos do exercício	107.508	33.488	(739)	(3.929)	136.328
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	74.075	-	(464)	(2.474)	71.137
	215.070	1	(1.203)	(6.403)	207.465
Valor adicionado	1.493.763	(140.212)	(1.823)	(11.931)	1.339.797

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

y. *Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013*

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- **Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)**

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

3. Políticas contábeis--Continuação

y. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

- **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32**

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- **IFRIC 21 Tributos**

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014.

A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39**

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativo e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja Nota nº35.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota 3m.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 3l.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e bancos	-	21	5	63.026	72.511	24.693
Equivalentes de caixa	21.403	2	36	287.859	60.590	212.817
Total	21.403	23	41	350.885	133.101	237.510

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 100,40% a 104,03% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CDB	21.403	2	36	74.610	30.404	71.060
Debêntures compromissadas	-	-	-	213.249	30.186	141.757
Total	21.403	2	36	287.859	60.590	212.817

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

6. Investimento de curto prazo

Modalidade	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fundos de investimentos (a)	604.457	709.636	9.373	1.246.083	1.484.900	200.889
Aplicação em garantia (b)	-	95.251	-	-	95.251	-
Outros	-	-	-	16.049	11.948	-
Total	604.457	804.887	9.373	1.262.132	1.592.099	200.889

- a. Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas, classificados como mantidos para negociação.
- b. Refere-se à aplicação financeira do tipo CDB da operação contratada a preço e condições de mercado e que está vinculado como contraparte de garantia oferecida no Swap entre o BTG Pactual e a Equatorial Energia. A operação de Swap foi liquidada no dia 27/05/2013 e a aplicação foi resgatada no dia 29/05/2013.

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas a receber de consumidores faturados	794.658	924.957	273.471
Contas a receber de consumidores não faturados	157.978	184.800	60.762
Parcelamentos de débitos	389.091	386.543	197.482
Baixa renda e viva luz	54.870	65.807	15.825
Outras	90.122	96.147	38.904
Total	1.486.719	1.658.254	586.444
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(364.510)	(474.651)	(49.395)
Total	1.122.209	1.183.603	537.049
 Total circulante	 1.006.085	 1.094.304	 467.069
Total não circulante	116.124	89.299	69.980

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes (Consolidado) --- Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)

	<u>31/12/2012</u>	<u>Provisões Adições</u>	<u>Reversões (Baixas)</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a receber de consumidores faturados	369.280	125.359	(205.536)	289.103
Parcelamento	102.460	19.929	(49.935)	72.454
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	<u>472.465</u>	<u>145.288</u>	<u>(255.471)</u>	<u>362.282</u>
Cheques em cobrança	2.186	42	-	2.228
Total Não Circulante	<u>2.186</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>2.228</u>
Total	<u>474.651</u>	<u>145.330</u>	<u>(255.471)</u>	<u>364.510</u>

	<u>01/01/2012</u>	<u>Provisões Adições</u>	<u>Reversões (Baixas)</u>	<u>31/12/2012</u>
Contas a receber de consumidores faturados	22.207	375.740	(28.667)	369.280
Parcelamento	22.825	99.695	(20.060)	102.460
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total Circulante	<u>45.757</u>	<u>475.435</u>	<u>(48.727)</u>	<u>472.465</u>
Cheques em cobrança	3.638	-	(1.452)	2.186
Total Não Circulante	<u>3.638</u>	<u>-</u>	<u>(1.452)</u>	<u>2.186</u>
Total	<u>49.395</u>	<u>475.435</u>	<u>(50.179)</u>	<u>474.651</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)---Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/12/2013			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	131.632	127.544	170.895	430.071
Industrial	55.166	12.339	42.620	110.125
Comercial	80.641	34.555	28.933	144.129
Rural	8.001	8.211	15.020	31.232
Poder público	15.219	19.440	5.912	40.571
Iluminação pública	7.817	2.300	841	10.958
Serviço público	8.408	14.171	4.993	27.572
Fornecimento faturado (CP e LP)	306.884	218.560	269.214	794.658

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

	31/12/2012			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	128.770	148.844	201.249	478.863
Industrial	51.855	21.543	48.441	121.839
Comercial	80.065	44.193	59.173	183.431
Rural	8.496	9.774	25.651	43.921
Poder público	15.703	29.460	9.388	54.551
Iluminação pública	10.437	3.098	999	14.534
Serviço público	9.356	12.419	6.043	27.818
Fornecimento faturado (CP e LP)	304.682	269.331	350.944	924.957

8. Recuperação de custos de energia e encargos - CDE

A conta de Recuperação de custo de energia e encargos foi criada com a finalidade de demonstrar o valor que será repassado pela Eletrobrás às controladas CEMAR e CELPA, em decorrência dos termos do decreto 7.945 de 07 de março de 2013, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando cobrir os custos gerados devido à escassez de chuvas e consequente acionamento das termelétricas. Além disso, visa retirar do consumidor o ônus de reconstituir o caixa da distribuidora em período tarifário subsequente e ao mesmo tempo impedir o prejuízo das concessionárias. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo registrado a receber é de R\$5.721. A seguir apresentamos a movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Valores homologados	326.385
Valores já recebidos	(323.458)
Previsão do aporte CDE referente a dezembro de 2013	2.794
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.721

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9. Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

Circulante	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012
PIS / COFINS	2.784	5.107	31
ICMS a recuperar CIAP	64.336	67.274	36.770
PAEX a recuperar	39.158	-	0
Encargos sociais e outros	2.223	5.889	851
Outros	5.348	681	1.321
	113.849	78.951	38.973
Não circulante			
ICMS a recuperar CIAP	56.802	82.621	39.738
FINSOCIAL	2.160	-	-
PIS / COFINS	-	17.103	-
Outros	582	5.167	583
Total	59.544	104.891	40.321

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

9. Impostos a recuperar--Continuação

9.1. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012
IRRF sobre aplicação financeira	6.087	-	-	18.609	6.400	10.732
Antecipação de IRPJ / CSLL	8.572	-	-	20.915	1.063	22330
IRPJ/CSLL a restituir	809	3.129	840	6.465	14.035	5.001
IRRF e CSLL retido na fonte	859	201	3.407	7.882	5.416	3.122
	16.327	3.330	4.247	53.871	26.914	41.185
Não Circulante						
IRPJ e CSLL restituir	1.661	6.490	7.169	33.206	50.113	7.169
IR s/ aplicação financeira	-	2.284	2.284	-	2.284	2.284
Total	1.661	8.774	9.453	33.206	52.397	9.453

10. Aquisição de consumo de combustível – conta CCC

A controlada CELPA detém em 31 de dezembro de 2013 crédito junto à CCC (Conta de consumo de combustível) no montante de R\$94.346 (R\$153.394 em 31 de dezembro de 2012).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país o objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 – Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Consolidado

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras	(a)	Empréstimos	-	372.179	31.424	-	477.148	39.942
		Dividendos	-	12.598	-	-	25.476	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de Dívida	-	10.213	1.580	-	2.191	3.915
		Previdência Privada	-	-	2.428	-	-	2.333
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	-	222	-	-	134	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	-	3.927	-	430	1.488
		Dividendos	-	-	-	7.208	-	-

Controladora

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2013			31/12/2012		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
CEMAR	(c)	Contrato de compartilhamento	-	222	-	-	134	-
		Dividendos	24.449	-	-	49.439	-	-
CELPA	(e)	Contrato de mútuo	416.147	-	-	303.220	-	-
		Operações swap	-	-	-	248	-	248
Equatorial Soluções	(f)	Dividendos	1.866-	-	-	690	-	-

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas -- Continuação

- (a) Eletrobrás – Companhia de capital aberto que tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobrás é acionista da controlada CEMAR. Os valores com a ELETROBRAS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRAS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (b) FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar.
- (c) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), empresa de economia privada de capital aberto, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.
- (d) GERAMAR – Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Os valores com Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”) são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (e) Centrais Elétricas do Para – CELPA, Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 1,9 milhão de consumidores em 143 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/7/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores:

BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA / Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043.

- (f) Equatorial Soluções – Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados. Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração dos Administradores

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$11.500, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
-------------------	------

Diretoria

Remuneração fixa:	30%
-------------------	-----

Remuneração variável:	70%
-----------------------	-----

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração Fixa Anual	1.260	1.694	2.954
Salário ou Pró-labore	1.260	1.619	2.879
Benefícios diretos e indiretos	-	75	75
Remuneração variável	-	4.700	4.700
Bônus	-	4.700	4.700
Valor total da remuneração por órgão	1.260	6.464	7.724

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2013
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	568
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	13.800
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	27/04/2013	27/04/2015	90.000	94.764
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	28/06/2013	28/06/2015	150.000	155.419
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	18/12/2013	18/12/2015	40.000	39.902
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	128.020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	244.005	333.123
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	42.431
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	129.711
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	14.313	14.331
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	7.022
International Finance Corporation – IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	53.725
Total	1.471.314				1.155.620	1.012.816

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

CELPA:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/12/2013
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	106.900
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101112110006100)	50.000	100	21/11/2012	25/11/2013	50.000	-
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101113060003400)	50.000	100	11/06/2013	25/11/2013	50.000	-
Banco BTG (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	150.000	100	29/11/2012	24/11/2013	150.000	-
Banco Itaú BBA (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	100.000	100	29/11/2012	24/11/2013	100.000	-
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008. 34.00.039764-6, AI nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	-	-
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 48500.007395/2007-41)	59	100	19/03/2013	19/09/2014	-	-
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 48500.002921/2013-25)	505	100	19/08/2013	01/04/2014	-	-
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	203.542
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	179.604
Total	873.529				856.900	490.046

12. Sub - rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27/03/2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$280.538.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

12. Sub - rogação CCC--Continuação

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31 de dezembro de 2013, relativos à 1ª fase, o valor de R\$ 185.689 (R\$ 211.699 em 31 de dezembro de 2012).

12.1 Sub - rogação CCC – rateio benefício

	31/12/2012	Transferências para obras	31/12/2013
Valores aplicados	211.699	(26.011)	185.688
Valores a aplicar	253.499	26.011	279.510
Total	465.198	-	465.198

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13. Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IRPJ prejuízos fiscais (*)	167.603	171.496	171.497
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(195.288)	(160.282)	(95.758)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA	58.784	-	-
Total não circulante	31.099	11.214	75.739

(*) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Impostos Diferidos	8.320	28.791	42.595	37.490	27.971	22.436	167.603

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A CEMAR realizou R\$3.893 mil de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014.

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da controladora e do consolidado, da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) debitada no resultado, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é demonstrada como segue:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e CS (LAIR)	80.410	136.115	69.466	311.843
Alíquota combinada de imposto de renda e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas pela legislação vigente	27.339	46.279	23.618	106.027
Adições:				
Provisão para contingências	-	-	114.762	71.444
Provisão para crédito de liquidação	-	-	123.933	24.294
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	12.369	2.328
Ativos e passivos regulatórios	-	-	36.045	-
Ajustes RTT	-	-	37.903	-
Provisão fundo de pensão	-	-	9.593	-
Provisões	-	-	25.484	51.675
Outras despesas não dedutíveis	-	12.859	17.775	37.506
	-	12.859	377.864	187.247
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	-	-	(164.993)	(132.785)
Reversões de provisão de crédito para liquidação duvidosa	-	-	(20.616)	-
Depreciação Acelerada	-	-	(73.520)	(48.606)
Reversões de contingências	-	-	(4.275)	-
Ajuste RTT	-	-	(29.186)	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(15.351)	(59.138)	(5.728)	-
Outras	(215)	-	(36.873)	(6.181)
	(15.566)	(59.138)	(335.191)	(187.572)
IRPJ e CSLL	11.773	-	66.291	105.702
Incentivo PAT	-	-	(823)	(1.201)
Despesa IRPJ anos anteriores	-	(213)	-	(213)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.773	(213)	65.468	104.288
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	14,64%	0,00%	94,25%	33,41%
Ativo fiscal diferido	-	-	(41.417)	62.056
(+) IRPJ Subvenção Governamental (a)	-	-	(33.101)	(61.967)
Total	11.773	(213)	(9.050)	104.377

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

13. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social -- Continuação

(a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é a taxa de 11,36% remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

	<u>31/12/2012</u>	<u>Reclassificação (a)</u>	<u>VNR (b)</u>	<u>Capitalização</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo financeiro	1.418.873	(59.971)	50.262	386.771	(19.062)	1.776.873
Obrigações especiais	<u>(365.928)</u>	-	19.117	<u>(235.935)</u>	1.616	<u>(581.130)</u>
Ativo financeiro	<u>1.052.945</u>	<u>(59.971)</u>	<u>69.379</u>	<u>150.836</u>	<u>(17.446)</u>	<u>1.195.743</u>

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)--Continuação

	31/12/2011	Aquisição Celpa	Reclassificação (a)	VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2012
Ativo financeiro	220.994	732.139	216.543	68.375	182.220	(1.398)	1.418.873
Obrigações especiais	(141.780)	(216.130)	-	(35.514)	27.496	-	(365.928)
Ativo financeiro	79.214	516.009	216.543	32.861	209.716	(1.398)	1.052.945

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/200 da Aneel.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)--Continuação

14.1. Reajuste / Revisão Tarifária - CEMAR

ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.595, de 27 de Agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de julho de 2013, aprovou o resultado definitivo da Terceira Revisão Tarifária Periódica da CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 29 de agosto de 2013 com vigência até 28 de agosto de 2017, estabelecendo uma Base de Remuneração Líquida da Distribuição e da Geração em R\$2.069.481.

O reposicionamento tarifário calculado foi de -4,94%, entretanto, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor foi de -3,06%.

Conforme previsto na Resolução Normativa nº 549/2013 da ANEEL, que prevê a cobertura das despesas da CVA Compra de Energia e CVA ESS com recursos da CDE quando sua soma exceder 2% da receita requerida apurada no reajuste / revisão tarifária, a CEMAR recebeu em 09 de setembro de 2013 o repasse de R\$ 31,9 milhões relativos à CVA de Compra de Energia e R\$ 4,4 milhões relativos à CVA da ESS.

Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu os valores dos componentes Pd e T do Fator X em 1,31% e 1,45%, respectivamente, a serem aplicados na atualização da "Parcela B", nos reajustes tarifários da CEMAR de 2014 a 2016.

O componente Pd (ligado à produtividade) tem como objetivo estimar os ganhos potenciais de produtividade de uma distribuidora em função da produtividade média do setor, do crescimento do mercado e do número de unidades consumidoras da própria empresa. Na revisão tarifária da CEMAR o percentual estabelecido foi de 1,31%.

O componente T (ligado à trajetória dos custos operacionais) do Fator X tem por objetivo estabelecer uma trajetória na definição dos custos operacionais regulatórios. Essencialmente, trata-se de uma transição entre metodologias diferentes para a definição de custos operacionais eficientes. O percentual do componente T estabelecido nos reajustes subsequentes da CEMAR foi de 1,45%. A estes percentuais, ainda deverá ser somado ou subtraído, o componente Q (ligado aos indicadores de qualidade) que tem por finalidade incentivar a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras, alterando as tarifas para mais ou para menos de acordo com o comportamento de indicadores de qualidade DEC e FEC, onde deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)--Continuação

14.1. Reajuste / Revisão Tarifária - CEMAR -- Continuação

Os consumidores de baixa renda (residências e pequenos comércios) foram contemplados com o corte de 4,02% nas contas de energia. A classe de consumo de alta tensão (indústria e varejista de porte) teve, no entanto, um aumento de 0,50% no custo da energia.

Os ciclos de revisão tarifária ocorrem, geralmente, a cada quatro anos. As novas tarifas da CEMAR, definidas pelo órgão regulador, foram impactadas pela redução da taxa de retorno de capital (WACC) que sofreu a redução de 9,95% para 7,50%, na virada do segundo para o terceiro ciclo de revisão tarifária.

A redução do WACC, real e líquido de impostos, aponta-se no sentido de reduzir o valor a ser pago pelo consumidor a título de remuneração. Em sentido contrário, entretanto, o crescimento de 82,1% da BRB (Base de Remuneração Bruta) foi maior que a variação da receita verificada de Parcela B desde a última revisão tarifária, de 69,7%. Esses dois efeitos combinados resultam em uma redução do valor a ser pago pelo consumidor.

Além da revisão do WACC, a Companhia também contou com a redução de 16,3% da taxa de depreciação dos ativos, que foi reduzida de 4,52% para 3,78% na vigência do novo ciclo de revisão tarifária.

A variação da taxa de depreciação com relação à última revisão tarifária foi de - 16,3%, passando de 4,52% para 3,78%. Embora a BRB tenha crescido, sua evolução se deu abaixo do crescimento observado da receita verificada. O efeito combinado da redução da taxa de depreciação com um crescimento de base de remuneração bruta abaixo da evolução da receita verificada leva à redução do valor a ser pago pelo consumidor a título de quota de reintegração regulatória

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo de acordo com a taxa média de depreciação do ativo imobilizado. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)--Continuação

14.1. Reajuste / Revisão Tarifária - CEMAR--Continuação

O nível regulatório de perdas de energia elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários da CEMAR de 2014, 2015 e 2016, fica definido em 9,90% para as perdas técnicas sobre a energia injetada, excluída a energia injetada no nível de tensão A1, com a seguinte trajetória para as perdas não técnicas sobre o mercado faturado de baixa tensão: 15,64% em 2014, 15,35% em 2015 e 15,07% em 2016.

Desta forma, a Companhia registrou na contabilidade regulatória o Laudo de avaliação homologado e aprovado pela diretoria da ANEEL, e os impactos societários estão contemplados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

14.2. Reajuste tarifário - CELPA

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.578, de 06/08/2013, a ANEEL homologou o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio de 7,35% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos Componentes Financeiros na tarifa, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 9,18%.

A Agência também homologou, através de repasse da CDE, os seguintes valores:

Repasses CDE (em R\$ mil)	
CVA	92.531
Energia	
CVA ESS	32.053
Modicidade	
Tarifária	20.956
TOTAL	145.540

Adicionalmente, entre os meses de dezembro de 2013 e julho de 2014, a título de Subvenção CDE – Descontos Tarifários, a CELPA deverá receber R\$ 2.448 mil por mês.

O reajuste tarifário vigorará do dia 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

15. Outros créditos a receber

Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valores a recuperar de empregados	-	-	-	2.036	1.850	1.029
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	-	10.656	20.950	463
Alienação de bens e direitos	-	-	-	4.440	2.018	1.087
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	148	-
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	-	4.062	5.879	1.404
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	7.286	2.369	1.153
Outros créditos a receber	1.045	604	601	12.856	7.099	2.562
Total	1.045	604	601	41.336	40.313	7.698

Não Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.226	-
Valores a liberar (a)	-	-	-	35.026	35.025	-
Caução em garantia	-	-	-	37.413	6.117	5.312
Cessão de crédito - Celpa	416.147	303.220	-	-	-	-
Outros créditos a receber	-	-	-	331	3.444	3.638
Total	416.147	303.220	-	72.770	45.812	8.950

(a) Valores que a CELPA tem a receber referente ao saldo de bloqueios judiciais consequentes, sobretudo, de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referente aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se: Banco ABC (R\$12.890), Banco Safra (R\$8.998), Banco Panamericano (R\$8.572), Pine (R\$2.600) e BMG (R\$2.340).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16. Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controladas em conjunto seguem abaixo:

		Controladas			Consolidado		
Avaliados por equivalência patrimonial:		31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012
CEMAR	65,12%	1.106.395	1.010.272	845.355	-	-	-
CELPA	96,18%	68.169	223.135	-	-	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	59.688	57.147	55.113	59.688	57.147	55.113
Vila Velha	50,00%	3.300	2.000	-	3.300	2.000	-
Equatorial Soluções	100,00%	15.221	8.625	6.046	-	-	-
Subtotal		1.252.773	1.301.179	906.514	62.988	59.147	55.113
Outros investimentos		-	-	-	7.906	7.737	272
Total		1.252.773	1.301.179	906.514	70.894	66.884	55.385

a. Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto:

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro 2012	1.010.272	223.135	57.147	8.625	2.000	1.301.179
Aporte de Capital	-	44.000	-	2.500	1.300	47.800
Dividendos adicionais	(95)	-	-	-	-	(95)
Dividendos mínimos	(24.339)	-	(14.306)	(1.276)	-	(39.921)
Resultado da equivalência patrimonial	125.169	(102.237)	16.847	5.372	-	45.151
Investimento Vilha Velha	-	-	-	-	-	-
Amortização do direito de concessão	(4.612)	-	-	-	-	(4.612)
Outros resultados abrangentes	-	22	-	-	-	22
Ajuste PPA Celpa	-	3.344	-	-	-	3.344
Baixa dividendos prescritos	-	28.895	-	-	-	28.895
Perda no investimento	-	(128.990)	-	-	-	(128.990)
Saldo em 31 de dezembro 2013	1.106.395	68.169	59.688	15.221	3.300	1.252.773

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

16. Investimentos--Conitnuação

	CEMAR	CELPA	Geramar	Equatorial Soluções	Vila Velha	Total
Saldo em 31 de dezembro 2011	845.355	-	55.113	6.046	-	906.514
Aporte de Capital CELPA	-	350.983	-	-	-	350.983
Dividendos adicionais	(30.462)	-	(6.128)	-	-	(36.590)
Dividendos mínimos	(49.439)	-	(10.018)	(804)	-	(60.261)
Resultado da equivalência patrimonial	250.634	(98.263)	18.180	3.383	-	173.934
Investimento Vila Velha	-	-	-	-	2.000	2.000
Amortização do direito de concessão	(5.816)	-	-	-	-	(5.816)
Ajuste adoção CPC 33	-	(7.323)	-	-	-	(7.323)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(22.262)	-	-	-	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro 2012	1.010.272	223.135	57.147	8.625	2.000	1.301.179

17. Intangível (Consolidado)

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/2013			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,54%	7.170.853	(2.775.767)	(1.703.536)	2.691.550
Em curso		1.261.873	-	(378.407)	883.466
Contrato de concessão		628.115	(88.404)	-	539.711
Total		9.060.841	(2.864.171)	(2.081.943)	4.114.727

		31/12/2012			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,70%	6.653.841	(2.497.789)	(1.787.745)	2.368.307
Em curso		1.554.662	-	(313.282)	1.241.380
Contrato de concessão (a)		616.615	(83.623)	-	532.992
Total		8.825.118	(2.581.412)	(2.101.027)	4.142.679

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17. Intangível (Consolidado)--Continuação

O valor dos juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.209 (R\$7.615 em 31 de dezembro de 2012).

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC01.

A mutação do intangível está apresentado da seguinte forma:

	31/12/2012	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2013
Em Serviço	6.642.522	59.971	-	(163.417)	627.821	7.166.897
(-) Amortização	(2.497.801)		(352.293)	78.283	-	(2.771.811)
Total em serviço	4.144.721	59.971	(352.293)	(85.134)	627.821	4.395.086
Em curso	1.554.662	-	721.804	-	(1.014.593)	1.261.873
Total	1.554.662	-	721.804	-	(1.014.593)	1.261.873
Obrigações especiais (i)	(2.420.212)	-	(341.083)	21.075	235.934	(2.504.286)
(-) Amortização	319.185	-	104.537	(1.379)	-	422.343
Total em obrigações especiais	(2.101.027)	-	(236.546)	19.696	235.934	(2.081.943)
Direito de Concessão	628.115	-	-	-	-	628.115
(-) Amortização	(83.792)	-	(4.612)	-	-	(88.404)
Total de direito de concessão	544.323		(4.612)	-	-	539.711
Total	4.142.679	59.971	128.353	(65.438)	(150.838)	4.114.727

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

17. Intangível (Consolidado)--Continuação

	31/12/2011	Aquisição Celpa	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2012
Em Serviço	3.144.776	3.430.499	(216.543)	2.805	(48.659)	329.644	6.642.522
(-) Amortização	(992.582)	(1.366.866)	-	(167.275)	28.922	-	(2.497.801)
Total em serviço	2.152.194	2.063.633	(216.543)	(164.470)	(19.737)	329.644	4.144.721
Em curso	325.489	1.057.659	-	683.378	-	(511.864)	1.554.662
Total	325.489	1.057.659	-	683.378	-	(511.864)	1.554.662
Obrigações especiais (i)	(1.008.318)	(1.197.611)	-	(187.562)	775	(27.496)	(2.420.212)
(-) Amortização	91.698	161.572	-	65.915	-	-	319.185
Total em obrigações especiais	(916.620)	(1.036.039)	-	(121.647)	775	(27.496)	(2.101.027)
Direito de concessão	291.810	336.305	-	-	-	-	628.115
(-) Amortização	(74.176)	-	-	(9.616)	-	-	(83.792)
Total em direito de concessão	217.634	336.305	-	(9.616)	-	-	544.323
Total	1.778.697	2.421.558	(216.543)	387.645	(18.962)	(209.716)	4.142.679

- i. Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- ii. Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18. Fornecedores (Consolidado)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	293.494	269.295	71.874
Energia livre – CCEE	-	-	-	15.288	40.830	-
Aquisição de combustível	-	-	-	94.346	68.803	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	228.094	257.456	18.427
Materiais e serviços	-	-	-	245	9.567	96.408
Outros	212	1.764	173	43.247	17.081	245
Total	212	1.764	173	674.714	663.032	186.954

19. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2013	
		Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos
MOEDA E ESTRANGEIRA			
Tesouro nacional	5,04%	3.652	51.668
CRÉDITO RJ – BID	5,28%	-	149.750
CCBI ITAÚ		535	203.007
CCBI CITIBANK		389	179.215
Subtotal		4.576	583.640
(-) Custo de Captação		(1.657)	(4.157)
TOTAL MOEDA E ESTRANGEIRA		2.919	579.483
MOEDA NACIONAL			
Eletrobras	7,41%	74.896	369.748
IFC	8,24%	23.105	31.167
BNB	8,50%	37.618	135.552
BNDES	7,25%	29.151	433.697
FINEP	4,00%	1.134	5.888
FINAME	5,13%	3.082	13.079
GIRO ITAÚ	8,86%	-	-
GIRO NPS BTG	9,16%	-	-
GIRO NPS ITAÚ	9,16%	-	-
CRÉDITOS RJ	5,22%	-	885.392
LEASINGS	10,59%	224	22
Banco do Brasil S.A	7,45%	-	291.836
CAIXA		-	14.331
Subtotal		169.210	2.180.712
(-) Custo de Captação		(2.895)	(3.851)
TOTAL MOEDA NACIONAL		166.315	2.176.861
TOTAL GERAL	6,83%	169.234	2.756.344

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	31/12/2012	
	Circulante	Não circulante
	Principal e encargos	Principal e encargos
MOEDA ESTRANGEIRA		
Tesouro nacional	2.745	46.198
CRÉDITO RJ – BID	91.925	555.788
Subtotal	94.670	601.986
(-) Custo de Captação	(1.657)	(4.157)
(-) Caução	-	(29.543)
(-) Ajuste a valor de mercado (a)	-	(429.000)
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA	93.013	139.286
MOEDA NACIONAL		
Eletrobras	93.967	451.126
IFC	23.480	51.945
BNB	35.930	172.126
BNDES	92.309	276.613
FINEP	886	7.367
FINAME	3.865	16.159
GIRO ITAÚ	50.435	-
GIRO NPS BTG	151.062	-
GIRO NPS ITAÚ	100.708	-
CRÉDITOS RJ	-	863.411
LEASINGS	4.700	149
Banco do Brasil S.A	46	4
Subtotal	557.388	1.838.900
(-) Custo de Captação	(1.723)	(4.001)
TOTAL MOEDA NACIONAL	555.665	1.834.899
Total	648.678	1.974.185

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	169.234	6%	648.678	25%
2014	-	0%	173.691	7%
2015	499.398	17%	194.236	7%
2016	176.100	6%	143.852	5%
Após 2016	2.091.505	71%	1.500.107	57%
Total	2.767.003	94%	2.011.886	76%
Custo de Captação (Não circulante)	(10.660)		(8.158)	0%
Caução	-		(29.543)	-1%
Não Circulante	2.756.344	94%	1.974.185	75%
Total	2.925.578	100%	2.622.863	100%

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.665	1.834.899	93.013	139.286	2.622.863
Transferências para partes relacionadas	-	-	(95.536)	(4.742)	(100.278)
Ingressos	50.000	493.067	-	375.000	918.067
Encargos	105.691	13.758	8.253	-	127.702
Variação monetária e cambial	(56)	56.942	598	41.499	98.983
Transferências	196.460	(196.460)	1.103	(1.103)	-
Amortizações de principal	(629.096)	(25.496)	(2.309)	-	(656.901)
Pagamentos de juros	(111.177)	-	(2.203)	-	(113.380)
Custo de captação	(1.172)	151	-	-	(1.021)
Cauções em garantia	-	-	-	29.543	29.543
Saldos em 31 de dezembro de 2013	166.315	2.176.861	2.919	579.483	2.925.578

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

19. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	213.657	920.491	634	7.631	1.142.413
Aquisição CELPA	5.786	925.844	91.352	126.973	1.149.955
Ingressos	300.046	199.784	-	-	499.830
Encargos	82.650	5.996	1.025	1.093	90.764
Variação monetária e cambial	(2)	14.277	583	4.182	19.040
Transferências	229.893	(229.893)	367	(367)	-
Amortizações de principal	(194.679)	(499)	(560)	-	(195.738)
Pagamentos de juros	(81.538)	-	(388)	-	(81.926)
Custo de captação	(148)	(1.101)	-	(226)	(1.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.665	1.834.899	93.013	139.286	2.622.863

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

20. Debêntures (Consolidado)

31/12/2013			31/12/2012		
Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
5.974	294.085	300.059	169.602	283.210	452.812

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20. Debêntures (Consolidado)--Continuação

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812
Custo de captação	-	295	295
Encargos	22.554	-	22.554
Variação Monetária	91	10.580	10.671
Amortizações de principal	(160.380)	-	(160.380)
Pagamentos de juros	(25.893)	-	(25.893)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.974	294.085	300.059

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	61.590	160.380	221.970
Ingressos	-	280.070	280.070
Custo de captação	(295)	(1.919)	(2.214)
Encargos	25.107	-	25.107
Variação Monetária	7	5.059	5.066
Transferências entre curto e longo	160.380	(160.380)	-
Amortizações de principal	(53.460)	-	(53.460)
Pagamentos de juros	(23.727)	-	(23.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	169.602	283.210	452.812

Quarta emissão debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação é de 10,91% ao ano.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

20. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Terceira emissão de debêntures

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 01 de março de 2013 a dívida referente à terceira emissão de debêntures se encerrou.

No encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2013, as debêntures representam o montante de R\$300.059 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	5.974	2%	169.602	37%
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
2016	33.793	11%	33.793	7%
Após 2016	261.915	87%	251.631	56%
Não circulante	295.708	99%	285.424	63%
Custo de Captação	(1.623)		(2.214)	-
Total	300.059	100%	452.812	100%

Covenants

As emissões de Debêntures, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os indicadores requeridos contratualmente.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21. Impostos a recolher

21.1. Impostos e contribuições a recolher

Circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS	-	1	-	84.233	83.704	30.745
ICMS parcelamento (a)	-	-	-	40.097	61.510	11.464
PIS/COFINS	-	163	251	25.473	36.721	1.127
REFIS/PAES	-	-	-	81.026	75.645	5.178
Encargos sociais e outros	66	55	-	12.540	11.219	3.676
Outros	6	76	1.008	5.317	13.148	-
Total	72	295	1.259	248.686	281.947	52.190

Não circulante	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS parcelamento	-	-	-	79.893	111.898	-
IRRF	-	-	-	-	-	-
REFIS/PAES (b)	-	-	-	252.851	318.520	36.780
Provisão IRPJ / CSL	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	1.069	1.288	947
Total	-	-	-	333.813	431.706	37.727

21.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IRRF	-	28	-	509	766	1.416
Provisão de IRPJ / CSL	14.214	-	85	17.336	3.266	24.898
Total	14.214	28	85	17.845	4.032	26.314

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

21. Impostos a recolher

(a) A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.

(b) ***Programa de Recuperação Fiscal - REFIS***

CEMAR

Em 28 de novembro de 2009, a controlada CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de junho de 2011.

22. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)

A controlada CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

A Administração das controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	97.577	134.139	(36.562)	94.490	44.411	50.079
Tributárias	569	394	175	145.125	144.885	240
Trabalhistas	102.866	29.191	73.675	116.341	80.699	35.642
Regulatórias	136.603	-	136.603	87.755	-	87.755
PPA CELPA (a)	339.684	-	339.684	343.161	-	343.161
	677.299	163.724	513.575	786.872	269.995	516.877
Circulante	39.775	24.165	15.610	32.384	89.411	(57.027)
Não circulante	637.524	139.559	497.965	754.488	180.584	573.904
	677.299	163.724	513.575	786.872	269.995	516.877

- a) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$ 343.161.
- b) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$96.903 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

31/12/2012						31/12/2013
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	94.490	33.528	(24.530)	(8.812)	2.901	97.577
Tributárias	145.125	-	-	(144.557)	1	569
Trabalhistas	116.341	27.219	(12.992)	(29.895)	2.193	102.866
Regulatórias	87.755	57.987	(5.449)	(4.002)	312	136.603
PPA CELPA	343.161	-	-	(3.477)	-	339.684
	786.872	118.734	(42.971)	(190.743)	5.407	677.299

31/12/2011						31/12/2012	
	Saldo Inicial	Aquisição CELPA	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.147	59.768	26.122	(18.488)	(6.256)	2.110	94.403
Tributárias	120.156	80	24.883	-	(2)	8	145.125
Trabalhistas	27.022	82.307	13.424	(5.290)	(3.110)	2.075	116.428
Regulatórias	3.691	84.308	1.322	-	(1.566)	-	87.755
PPA CELPA	-	343.161	-	-	-	-	343.161
	182.016	569.624	65.751	(23.778)	(10.934)	4.193	786.872

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no exercício.

(3) Atualizações monetárias.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)— Continuação

Trabalhistas

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da Celpa e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$36.232 (R\$29.809 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$102.866 (R\$116.341 em 31 de dezembro de 2012).

Cíveis

A Controladas figuram como réus em 18.350 processos cíveis, sendo que 13.522 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$97.577 (R\$94.490 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da Celpa e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$569.153 (R\$375.966 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

Tributárias

A CEMAR e a CELPA figuram como parte ré em 255 processos tributários.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão de R\$569, para as causas tributárias (R\$145.125 em 31 de dezembro de 2012).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

22. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)— Continuação

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências tributárias cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR, da Celpa e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$48.103 (R\$48.597 em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

23. Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/12/2012
Convênios de arrecadação	25	24	42	2.231	303	42
Adiantamento de consumidores (a)	-	-	-	42.264	82.705	6.486
Entidades seguradoras	-	-	-	202	-	-
Benefícios a aposentados	-	-	-	-	-	-
Outras apropriações fornecedores	12	11	11	10.474	19.749	6.389
Encargos tarifários	-	-	-	1.888	3.072	275
ANEEL - Autos de Infração	-	-	-	-	-	-
Multas regulatórias(b)	-	-	-	49.278	-	-
Benefícios pós-emprego (Fascemar)	-	-	-	19.193	7.262	6.448
Consumidores	-	-	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	6.716	11.066	6.263
Aquisição Celpa	-	-	-	60.000	60.000	-
Créditos de Terceiros	-	-	-	1.316	21.258	404
Fornecedores PPA	-	272.079	-	-	272.079	-
Outras contas a pagar	-	2	2	42.137	34.322	4.404
Total circulante	37	272.116	55	235.699	511.726	30.711
Subvenção – CCC	-	-	-	83.708	72.668	-
Taxa de iluminação pública	-	-	-	-	-	-
ANEEL - Autos de Infração	-	-	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego (Fascemar)	-	-	-	2.043	9.076	14.508
Outras contas a pagar	-	-	-	20.511	24.951	4.300
				106.262		
Total não circulante	-	-	-	106.695	106.695	18.808

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

23. Outras contas a pagar--Continuação

- a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- b) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão).

Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração.

No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Companhia ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembleia de credores nos prazos e condições legais estabelecidas no plano de Recuperação Judicial aprovado.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.977.276 (R\$ 1.742.519 em 31 de dezembro de 2012) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
PCP Latin America Power S/A	45.518.146	22,94%
Squadra Investimentos	30.939.640	15,59%
International Financial Corporation	10.625.000	5,35%
BTG Pactual Asset Management S/A DTVM	10.271.024	5,18%
CSHG	10.073.318	5,08%
Nucleo Capital	9.983.600	5,03%
Norges Bank	9.962.283	5,02%
Demais minoritários	71.074.341	35,82%
Total	198.447.352	100,00%

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de "TagAlong" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Aumento de Capital (*follow on*)

Em 17 de janeiro de 2013, foi autorizado o aumento de capital da Companhia mediante a conversão de R\$234.757 de crédito detido pelo BNDES Participações contra a Companhia, através da emissão privada de 13.203.450 (treze milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e cinquenta) novas ações ordinárias, ao preço de R\$17,78 (dezessete reais e setenta e oito centavos) por ação. Após esta operação, o capital social da Companhia passou a ser representado por 198.447.352 ações ordinárias.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

24. Patrimônio líquido--Continuação

b. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de Lucros – Reserva para investimento e expansão

Esta reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia.

d. Reserva de Lucros – Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o mínimo obrigatório, cuja distribuição ainda não foi aprovada em assembleia.

e. Aumento na participação em controlada

Em 30 de abril de 2013, a Companhia aumentou sua participação na controlada CELPA, que passou de 61,36% para 96,18%. Este aumento é decorrente do aporte de capital no montante de R\$394.983.

Porém esse aporte foi superior ao que representa sua participação na controlada, devido aos prejuízos apresentado pela CELPA no decorrer deste ano, o que gerou perda no aumento de participação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25. Dividendos (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	68.637	140.995
(-) Reserva legal	(3.432)	(7.050)
Lucro líquido ajustado	65.205	133.945
Dividendos mínimos obrigatórios	16.301	33.487
Dividendos complementares	1.559	250
Dividendos propostos	17.860	33.737
Reserva para investimentos e expansão	47.345	100.208

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Valor por ação (lote de unidades de reais)		
	Proventos	Valor	ON
31/12/2013			
Reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2014	Dividendos	17.860	0,09
31/12/2012			
Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2013	Dividendos	33.736	0,17

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

25. Dividendos (Controladora)--Continuação

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	41.468
Dividendos adicionais proposto em 2010	155.168
Pagamento de dividendos	(196.557)
Dividendos mínimos propostos em 2011	37.999
Saldo em 31 de dezembro de 2011	38.078
Saldo em 01 de janeiro de 2012	38.078
Dividendos adicionais proposto em 2011	12.422
Pagamento de dividendos	(50.408)
Dividendos mínimos propostos em 2012	33.487
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33.579
Saldo em 01 de janeiro de 2013	33.579
Dividendos adicionais proposto em 2012	250
Pagamento de dividendos	(33.731)
Dividendos mínimos propostos em 2012	16.301
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.399

26. Participação nos lucros de empregados

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos seus resultados operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia era de R\$3.947(R\$3.762 em 31 de dezembro de 2012).

O saldo provisionado na Companhia juntamente com suas controladas era de R\$30.581 em 31 de dezembro de 2013 (R\$25.817 em 31 de dezembro de 2012).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

27. Receita operacional (Consolidado)

31/12/2013			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.474.615	5.321.470	2.155.921
Industrial	13.500	1.791.712	543.699
Comercial	279.645	2.701.426	1.179.407
Rural	183.389	399.567	112.781
Poder público	39.007	799.028	343.320
Iluminação pública	1.049	658.660	165.807
Serviço público	6.721	524.373	153.068
Consumo próprio	577	40.988	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	15.863
Subvenções Tarifárias	-	-	27.723
Suprimento CCEE	-	-	148.552
Baixa renda	-	-	308.985
Receita de construção	-	-	734.565
Outras	-	-	335.467
Total	3.998.503	12.237.224	6.225.158

31/12/2012			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.452.783	2.697.595	1.297.824
Industrial	12.927	673.252	261.639
Comercial	275.031	1.221.512	628.313
Rural	179.978	210.889	63.698
Poder público	39.093	378.399	190.614
Iluminação pública	1.232	395.169	111.815
Serviço público	7.173	317.302	117.794
Consumo próprio	622	12.480	-
Suprimento CCEE	-	-	43.546
Baixa renda	-	-	200.606
Receita de construção	-	-	701.849
Outras	-	-	152.601
Total	3.968.839	5.906.598	3.770.299

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

28. Receita operacional líquida (Consolidado)

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional	6.225.158	3.770.299
Fornecimento de energia elétrica	5.164.193	2.976.665
Remuneração financeira WACC	86.280	
Suprimento de energia elétrica	148.552	43.546
Receita de construção	734.565	701.849
Outras receitas	91.568	48.239
	(1.510.122)	(885.803)
Deduções à receita operacional		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(945.888)	(480.321)
PIS e COFINS	(506.013)	(271.430)
Encargos do consumidor	(50.025)	(89.349)
Cota para RGR	-	(38.371)
ISS	(1.902)	(1.220)
Encargo de capacidade emergencial	(2.233)	(5.112)
Outros	(4.061)	-
	4.715.036	2.884.496
Receita operacional líquida		

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

29. Custos do serviço e despesas operacionais (consolidado)

As despesas / (receitas) operacionais têm a seguinte à composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2013			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	102.325	30.453	84.404	217.182
Material	12.719	9.501	9.389	31.609
Serviços de terceiros	234.693	201.775	151.946	588.414
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	5.317	4.017	-	9.334
Energia elétrica comprada para revenda	2.253.348	-	-	2.253.348
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	115.685	-	-	115.685
Custo de construção	734.565	-	-	734.565
Depreciação e amortização	221.127	-	-	221.127
Arrendamento e aluguéis	9.277	2.431	4.287	15.995
Provisões Líquidas	-	-	-	-
Subvenção CCC	(25.392)	-	-	(25.392)
Recuperação de despesas	-	-	(2.666)	(2.666)
Outros	9.230	540	39.997	49.767
Total	3.672.894	248.717	287.357	4.208.968

Custos/Despesas Operacionais	31/12/2012			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	47.442	20.034	45.969	113.445
Material	47.529	3.920	2.305	53.754
Serviços de terceiros	109.432	115.468	93.512	318.412
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	3.974	-	3.974
Energia elétrica comprada para revenda	971.785	-	-	971.785
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	131.814	-	-	131.814
Custo de construção	701.850	-	-	701.850
Depreciação e amortização	86.870	-	-	86.870
Arrendamento e aluguéis	1.243	2.625	1.355	5.223
Outros	(41.884)	959	9.250	(31.675)
Total	2.056.081	146.980	152.391	2.355.452

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

30. Energia comprada para revenda (consolidado)

	MWh (*)		R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Energia de leilão	6.499.303	1.666.527	(1.545.411)	803.728
Contratos Eletronuclear	210	-	(17.242)	-
Energia bilateral	225.603	40.210	(41.259)	9.608
Contratos de cotas de garantias (a)	2.815.624	-	(218.021)	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia Reserva	-	-	(68.505)	29.072
Energia de curto prazo – CCEE (b)	984.510	23.832	(694.312)	84.459
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	169.624	33.080	(62.463)	25.591
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	136.156	(69.728)
(-) Recuperação custo de energia-CDE	-	-	488.585	-
Encargo de energia de reserva	-	-	(6.197)	1.673
Outros	-	-	(224.679)	87.382
Total	10.694.874	1.763.649	(2.253.348)	971.785

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(a) No exercício de 2013 os contratos de energia das Usinas que renovaram a concessão foram transformados em cota de energia, passando as empresas a terem despesas de energia em formato de cota de energia, conforme Decreto nº 7805/12.

(b) A compra no mercado spot foi superior ao ano anterior, devido: (i) Insuficiência de energia decorrente do processo de alocação de cotas, (ii) Rescisão de vários Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, principalmente os 4º, 6º e 7º Leilões de Energia Nova e (iii) Leilão A – 1 de 2012 Inexistente. Vale ressaltar que as despesas do curto prazo tiveram um aporte via CDE para alívio das exposições involuntárias das distribuidoras.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31. Resultado financeiro

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	87.127	4.263	171.949	55.357
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	125.505	68.577
Atualização do ativo financeiro - receita	-	-	11.975	129.406
Variações monetárias ativas	-	-	45.309	6.505
Ajuste a valor presente	-	-	49.808	-
Operações swap	-	-	36.991	-
Outras	-	-	31.844	-
Total receitas financeiras	87.127	4.263	473.381	259.845
Despesas financeiras				
Juros dos empréstimos e financiamentos e outros	-	-	(254.621)	(117.043)
Variações monetárias passivas	-	-	(113.122)	(27.533)
Atualização do ativo financeiro – despesa	-	-	(34.400)	(25.020)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(23.394)	-
Multas/Descontos comerciais	-	-	(59.478)	(55.574)
Infrações operacionais	-	-	(57.993)	(62.372)
Operações swap - despesa	-	-	(36.043)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(38.998)	(5.027)
Outras despesas financeiras	(10.571)	(3.556)	(74.430)	(58.485)
Total despesas financeiras	(10.571)	(3.556)	(692.479)	(351.054)
Total	76.556	707	(219.098)	(91.209)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

32. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2013	31/12/2012
Numerador		
Lucro líquido do período	68.637	136.328
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias para o lucro básico	198.447.352	185.243.902
Lucro básico e diluído por ação	0,3459	0,7359

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

33. Entidade de previdência privada

CEMAR

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

a. Características do Plano de aposentadoria--Continuação

Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, esse valor corresponde a R\$1.792 (R\$2.333 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$11.907 (R\$16.339 em 31 de dezembro de 2012) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33. 1. Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

Resultados da avaliação atuarial de acordo com a norma CPC33/CVM 600/09:

	2013		2012	
	BD-I	PNB	BD-I	PNB
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS				
1. Valor presente da obrigação no início do ano	147.034	950	103.728	-
2. Custo do serviço corrente	37	83	75	-
3. Despesa com juros	12.086	78	11.661	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(10.286)	(81)	(9.737)	-
5. Contribuições participantes	-	-	38	-
6. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	(36.346)	(362)	41.268	-
7. Valor presente da obrigação no fim do ano	112.525	668	147.034	950
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO				
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	148.711	1.779	103.502	-
2. Receita com juros	12.224	146	14.268	-
3. Contribuições efetuadas (participante e empresa)	50	303	2.644	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(10.286)	(81)	(9.737)	-
5. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	(24.941)	(45)	38.034	-
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	125.758	2.101	148.711	1.779
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
1. Custo do serviço	(37)	(83)	(75)	-
2. Juros líquidos (resultado financeiro)	-	-	2.606	-
3. Total das despesas ocorridas em 2013 (1 + 2)	(37)	(83)	2.531	-
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
1. Ganho / (Perda) atuarial	15.550	316	(3.233)	-
Retorno real dos ativos	(20.795)	(45)	38.034	-
Mudanças em premissas demográficas	5.332	176	-	-
Mudanças em premissas financeiras	31.014	186	(41.268)	-
2. Efeito do limite do ativo	(15.563)	(536)	(1.678)	(828)
3. Total de remensurações	(13)	(220)	(4.911)	(828)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33. 1. Movimentação das obrigações atuariais--Continuação

E - BALANÇO PATRIMONIAL

1. Valor justo do ativo	129.903	2.101	148.711	1.779
2. Obrigações atuariais	(112.525)	(668)	(147.034)	(950)
3. Posição Líquida	17.378	1.433	1.678	828
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(17.378)	(1.433)	(1.678)	(828)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	-

F -VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

1.Posição líquida em 31/12/2012	1.678	828	(226)	-
2.Efeito do limite do ativo	(1.678)	(828)	-	-
3.Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2012	-	-	(226)	-
4.Custodo serviço	(37)	(83)	(75)	-
5.Juros líquidos	138	68	2.606	-
6.Diferenças atuariais	15.550	316	(3.233)	-
7.Contribuição (empresa e participante)	50	303	2.606	-
8.Posição líquida em 31/12/2013	17.378	1.433	1.678	-
9.Efeito do limite do ativo	(17.378)	(1.433)	(1.678)	(828)
10.Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-	-	(828)

33.2. Variação no limite do Ativo

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	BD-I	PMB
1.Saldo em 31/12/2012	1.678	828
2. Juros	138	68
3. Variação	15.563	536
4. Saldo em 31/12/2013	17.379	1.432

	BD-I	PMB
1.Saldo em 01/01/2012	-	-
2. Juros	-	-
3. Variação	1.678	828
4. Saldo em 31/12/2012	1.678	828

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Ativos do plano

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	31/12/2013	
	BD-I	
Títulos públicos	106.309	81,1%
Títulos privados	8.079	6,2%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	8.299	6,3%
Investimentos imobiliários	5.602	4,3%
Empréstimos	1.247	1,0%
Outros	1.543	1,2%
Ativo total	131.078	
(-) Exigível operacional	(34)	
(-) Exigível Contingencial	-	
(-) Fundo Administrativo	(1.111)	
(-) Fundo de Investimento	(3)	
(-) Resgates	(27)	
Valor justo dos ativos do plano	129.904	

O Plano Misto contempla risco de morte e de invalidez, estes são classificados como benefício definido. É constituído um “Fundo de Risco”, que representa o valor justo do ativo. Todavia, o Plano Misto contempla patrocinados de outras empresas que não a Cemar. Para se definir o valor justo dos ativos para cada patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizados com base nos respectivos passivos atuariais.

	31/12/2013
	PMB
Fundo de risco	2.177
Proporção referente a patrocinadora (a / (a+b+c))	96,53%
Cemar (a)	668
Equatorial (b)	16
Fascemar (c)	8
Valor justo dos ativos do plano	2.101

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.3. Ativos do plano--Continuação

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em termos percentuais, segue a composição do valor justo dos ativos do plano como um todo (contribuição definida e benefício definido):

	31/12/2013	
	PMB	
Títulos públicos	6.092	4,6%
Títulos privados	13.808	10,5%
Ações	-	0,0%
Fundos de investimento	22.494	17,2%
Investimentos imobiliários	-	0,0%
Empréstimos	4.160	3,2%
Outros	849	0,6%
Ativo total	47.403	

Os ativos do plano estão apresentados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 a entidade não possui instrumentos financeiros de sua própria emissão mantidos como ativos do plano ou imóvel e outros ativos por ela utilizados.

33.4. Premissas adotadas

As premissas principais utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários são os seguintes:

Taxas ao ano	2013	2012
01 Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,35% - todos os planos	3,56% - todos os planos
02 Taxa de crescimento salarial futura real	1%	1%
03 Taxa de inflação	4,50%	4,50%
04 Fator de capacidade	1	0,98
05 Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - MALE	AT-2000 -MALE
06 Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 - MALE	AT-83 - MALE
07 Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Light (média)
08 Tábua de rotatividade	Nula	Nula

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.4. Premissas adotadas--Continuação

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Adotou-se como taxa desconto a cotação do título NTN-B (indexados ao IPCA - IBGE) com base no prazo do pagamento dos benefícios do plano, ou seja, o *duration*. O *duration* médio dos planos é de aproximadamente 15,1 anos. Devido ao rendimento do título retrocitado com vencimento para 2024 e 2035 ser muito próximo (*spread* de 0,12%), optou-se pela utilização da NTN-B com vencimento em 2024.

33.5. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2013, está apresentada como segue:

- Para esta análise foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	129.904	2.101
Taxa	6,85%	
Valor presente da obrigação	108.172	643
(Déficit) / Superávit	21.732	1.459
Variação	4.378	26
Taxa	5,85%	
Valor presente da obrigação	117.236	696
(Déficit) / Superávit	12.668	1.406
Variação	(4.686)	(27)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.5. Análise de sensibilidade--Continuação

- Tábuas utilizadas suavizadas em 10%:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Teste de sensibilidade	BD-I	PMB
Valor justo dos ativos	129.904	2.101
Valor presente da obrigação	115.068	602
(Déficit) / Superávit	14.836	1.499
Variação	(2.543)	66

33.6. Despesas e fluxos de caixa futuros

Fluxo de caixa estimado para 2014	BD - I	PMB
1. Contribuições da patrocinadora	26	317
2. Contribuições do patrocinado	26	-
3. Benefícios concedidos	(10.749)	85

Despesa estimado para 2014	BD - I	PMB
1. Custo do serviço corrente	80	-
2. Custo do serviço passado - alterações, reduções e liquidação	-	-
3. Custo do serviço total	80	-
4. Custo de juros	(12.531)	(74)
5. Retorno do ativo	14.466	234
6. Juros sobre o limite	(1.935)	(160)
7. Juros líquidos	-	-

33. Entidade de previdência privada--Continuação

CELPA

b. Característica do plano de aposentadoria

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A CELA patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefícios instituídos pela CELPA junto à Redeprev são:

- **PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I**

Instituído em 30 de julho de 1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 1 de janeiro de 1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

b. Característica do plano de aposentadoria -- Continuação

- **PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II**

Instituído em 01 de janeiro de 1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; Benefício Proporcional Diferido e, complementação do abono anual.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS - R**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

b. Característica do plano de aposentadoria -- Continuação

- **PLANO DE BENEFÍCIOS - R -- Continuação**

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP**

Instituído em 01 de janeiro de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

É executado de forma indissociável do Plano de Benefícios "R" da RedePrev, que engloba os chamados benefícios de risco.

São patrocinadoras do Plano CELPA OP as empresas CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2013 foi de R\$ 3.373 (R\$ 6.161 em 2012).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.7. Situação financeira dos planos de benefícios – avaliação atuarial – data base 31/12/2013

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2013, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados são conforme segue:

33.8. Número de participantes/beneficiários

	Celpa BD-I	Celpa BD-II	CELPA R	CELPA OP
Número de participantes	-	11	1.844	1.847
Número de assistidos	259	169	32	62
Número de pensionistas (famílias)	47	144	17	-
Total	306	324	1.893	1.909

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.9. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação Atuarial 2013	Avaliação Atuarial 2012
Taxa de desconto real para o cálculo do valor presente	6,35%-todos os planos	3,62%-todos os planos
Taxa de crescimento salarial futura real	2%	2%
Taxa de inflação	4,50%	4,50%
Fator de capacidade:	1,00	1,00
Tábua de mortalidade geral	AT2000-Male	AT2000-Male
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE2011,ambosossexos	IBGE2011,ambosossexos
Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
Tábua de rotatividade	Nula	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos mesmos. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.10. Síntese da Avaliação Atuarial

Evolução das obrigações atuariais

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Plano de Benefícios R	Plano de Benefícios OP
1. Valor presente da obrigação em 31/12/2012	136.963.651	67.048.483	30.324.030	9.770.539
2. Custo do Serviço corrente	-	63.308	-	-
3. Despesas com juros	11.344.562	5.553.559	2.511.709	809.284
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.064.239)	(4.449.961)	(1.577.641)	(491.654)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	(28.375.295)	(14.972.025)	(7.953.861)	(2.973.067)
6. Valor presente da obrigação em 31/12/2013	110.868.680	53.243.364	23.304.237	7.115.103

Evolução no valor justo dos ativos do plano

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Plano de Benefícios R	Plano de Benefícios OP
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	153.429.618	75.976.229	13.540.160	37.748.908
2. Receita com juros	12.708.421,79	6.293.035	1.121.518	3.126.704
3. Contribuições efetuadas (Participante e empresa)	-	-	-	-
4. Pagamento de benefícios no ano	(9.064.239)	(4.449.961)	(1.577.641)	(491.654)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nos ativos do plano	(13.823.017)	(7.057.154)	(550.894)	(10.650.107)
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	143.250.784	70.762.149	12.533.143	29.733.852

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.10. Síntese da Avaliação Atuarial--Continuação

Outros resultados abrangentes

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Plano de Benefícios R	Plano de Benefícios OP
1. Ganho/ (Perda) atuarial	14.552.278	7.914.871	7.402.966	(7.677.040)
Retorno real dos ativos	(13.823.016,90)	(7.057.154)	(550.894)	(10.650.107)
Mudanças em premissas demográficas	(661.967)	1.195.892	(931.094)	769.622
Mudanças em premissas financeiras	29.037.262	13.776.133	8.884.955	2.203.445
2. Efeito do limite do ativo	(14.552.278)	(7.851.563)	-	7.677.040
3. Contribuições participantes	-	-	-	-
4. Total de remensurações	-	63.308	7.402.966	-

Balanço patrimonial

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Plano de Benefícios R	Plano de Benefícios OP
1. Valor justos dos ativos	143.250.784	70.762.149	12.533.143	29.733.852
2. Obrigações atuariais	(110.868.680)	(53.243.364)	(23.304.237)	(7.115.103)
3. Posição líquida	32.382.104	17.518.786	(10.771.095)	22.618.749
4. Limite do ativo (Res CGPC nº 26/2008)	(32.382.104)	(17.518.786)	-	(22.618.749)
5. (Déficit)/Superávit passível de reconhecimento	-	-	(10.771.095)	-

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.10. Síntese da Avaliação Atuarial--Continuação

Valor líquido reconhecido no balanço

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Plano de Benefícios R	Plano de Benefícios OP
1. Posição líquida em 31/12/2012	16.465.966	8.927.746	(16.783.870)	27.978.369
2. Efeito do limite do ativo	(16.465.966)	(8.927.746)	-	(27.978.369)
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2012	-	-	(16.783.870)	-
4. Custo do serviço	-	(63.308)	-	-
5. Juros Líquidos	1.363.860	739.476	(1.390.191)	2.317.420
6. Diferenças atuariais	14.552.278	7.914.871	7.402.966	(7.677.040)
7. Contribuição (empresa e participantes)	-	-	-	-
7. Posição líquida em 31/12/2013	32.382.104	17.518.786	(10.771.095)	22.618.749
8. Efeito do limite do ativo	(32.382.104)	(17.518.786)	-	(22.618.749)
9. Saldo passível de reconhecimento em 31/12/2013	-	-	(10.771.095)	-

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

33.11. Composição dos ativos dos planos

	BD-I	BD-II	Rubrica
Títulos públicos	34.909.578	17.199.548	1.2.3.1
Títulos privados	52.482.395	25.857.473	1.2.3.2
Ações	851.546	422.875	1.2.3.3
Fundos de Investimento	47.023.383	23.269.646	1.2.3.4
Investimentos imobiliários	6.035.508	3.043.931	1.2.3.6
Empréstimos	1.948.373	968.676	1.2.3.7
Total	143.250.784	70.762.149	

34. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e pela controlada CEMAR estão demonstrados a seguir:

- EQUATORIAL:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
D&O Geral	07/06/2014	30.000
Empresarial - Escritório	22/04/2014	1.650

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34. Seguros--Continuação

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

- **CEMAR:**

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2014	215.480
Responsabilidade Civil Geral – Operações	01/01/2014	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	6.367
Seguro Garantia Leilão de Energia	(b)	1.031
Automóvel	31/01/2014	(c)

(a) 16 apólices com vencimentos entre outubro de 2013 a junho de 2016.

(b) 02 apólice com vencimento em setembro de 2014.

(c) 78 veículos segurados.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

34. Seguros--Continuação

- **CELPA:**

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Fluvial	03/07/2014	316
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2014	20.000
Riscos Operacionais	30/12/2014	341.038
Automóvel (a)	30/06/2014	-
Automóvel (b)	30/12/2014	-

(a) 198 veículos locados segurados, conforme apólices.

(b) 38 veículos próprios segurados, conforme apólices.

A controlada CELPA mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CELPA são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A Equatorial apenas utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras, ambos através de operações de SWAP.

Atualmente, a Equatorial possui uma operação de SWAP com a sua controlada direta CELPA.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

Consolidado				
ATIVO	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	350.859	350.859	133.101	133.101
Investimentos de curto prazo	1.262.132	1.262.132	1.592.099	1.592.099
Contas a receber de clientes	1.140.556	1.140.556	1.183.603	1.183.603
Depósitos Judiciais	173.664	173.664	263.878	263.878
Ativo financeiro da concessão	1.195.743	1.195.743	1.052.945	1.052.945
Total	4.122.954	4.122.954	4.225.626	4.225.626

PASSIVO	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	693.340	693.340	663.032	663.032
Empréstimos e financiamentos	2.925.578	2.925.578	2.622.863	2.622.863
Operações swap	379.041	379.041	2.050	2.050
Debêntures	300.059	304.541	452.812	477.131
Total	4.298.018	4.302.500	3.740.757	3.765.076

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes**– decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos**– os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor justo através do resultado têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas Controladas e controlada em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM.

Os fatores de risco foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 0,4% de sua dívida. A controlada CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475 --Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	USD	(33.790)	(180.844)	(327.898)	113.264	260.318
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dolar USD/R\$		2,34	2,93	3,51	1,76	1,17

Visando proteção cambial, a Equatorial Energia pactuou com o banco BTG Pactual a operação em derivativo do tipo SWAP em dezembro de 2012, sobre um principal de R\$93.678. Tal operação foi liquidada em 27/05/2013, encerrando com resultado consolidado de perda de R\$4.677, já incluso o imposto, sendo Equatorial pagando para o BTG R\$3.818; Equatorial recebendo da CELPA R\$3.818mil / CELPA pagando à Equatorial R\$3.818mil e Equatorial pagando o IR de R\$859mil.

Abaixo os detalhes da operação:
Operação CETIP: 12L00014843
Valor base montante do contrato: R\$93.678
Data de início: 14/12/2012
Data de vencimento: 28/05/2013

Parâmetros para atualização:
BANCO BTG PACTUAL: 100% CDIE (Código 03 do CETIP)
EQUATORIAL: CELPBZ 10 (Código 5107 do CETIP) através da seguinte fórmula =
(Cotação Final x PTXV Final) / (Cotação Inicial x Taxa de Câmbio Inicial)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Onde:

Ativo Objeto: CELPBZ 10 ½ 06/03/16 Corp, ISIN: USP22826AA23

Valor de face do Ativo Objeto: US\$250,000

Cotação Inicial (em reais): 17,928750 (Preço de abertura da posição do Ativo Objeto)

Cotação Final: Preço de fechamento do Ativo Objeto em 24/05/2013;

PTXV: Taxa de câmbio de Venda divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da transação PTAX800, Opção 5, Tipo A, Código 220.

Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BTG Pactual.

Taxa de Câmbio Inicial: 2.090000

PTXV Final: PTXV em 27/05/2013

Da mesma forma a sua controlada CELPA pactuou com a Equatorial Energia um SWAP para proteção cambial da mesma, sendo o BTG Pactual o “AGENTE DE CÁLCULO” da operação. Com a operação a CELPA figurava como ativa em dólar e passiva em CDI. Tal operação foi liquidada em 27/05/2013, encerrando com perda de R\$3.818mil.

Abaixo os detalhes da operação:

Operação CETIP: 12L00016060

Valor base montante do contrato: R\$93.678

Data de início: 14/12/2012

Data de vencimento: 28/05/2013

Parâmetros para atualização:

EQUATORIAL: 100% CDIE (Código 03 do CETIP)

CELPA: CELPBZ 10 (Código 5107 do CETIP) através da seguinte fórmula = (Cotação Final x PTXV Final) / (Cotação Inicial x Taxa de Câmbio Inicial)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Onde:

Ativo Objeto: CELPBZ 10 ½ 06/03/16 Corp, ISIN: USP22826AA23

Valor de face do Ativo Objeto: US\$250,000

Cotação Inicial (em reais): 17,928750 (Preço de abertura da posição do Ativo Objeto)

Cotação Final: Preço de fechamento do Ativo Objeto em 24/05/2013;

PTXV: Taxa de câmbio de Venda divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da transação PTAX800, Opção 5, Tipo A, Código 220.

Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BTG Pactual.

Taxa de Câmbio Inicial: 2.090000

PTXV Final: PTXV em 27/05/2013

- **Risco de vencimento antecipado-** A controlada CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros-** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da controlada CEMAR foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	57.604	72.005	86.406	43.203	28.802
PASSIVOS FINANCEIROS						
<u>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</u>	CDI	(22.578)	(28.394)	(34.210)	(16.762)	(10.946)
	TJLP	(24.474)	(30.629)	(36.784)	(18.319)	(12.164)
	IGPM	(10.595)	(15.566)	(20.537)	(5.625)	(654)
	IPCA	(24.683)	(24.683)	(24.683)	(24.683)	(24.683)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% 9 meses)		8,06	10,08	12,10	6,05	4,03
TJLP (% 9 meses)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% 9 meses)		5,51	6,89	8,27	4,13	2,76
IPCA (% 9 meses)		5,91	7,39	8,87	4,43	2,96

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido das controladas CEMAR e CELPA estão demonstrados abaixo:

CEMAR:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	16.866	12.221
Cenário III	33.609	24.988
Cenário IV	(16.621)	(19.930)
Cenário V	(33.364)	(40.649)

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação*

CELPA:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(129.497)	(98.741)
Cenário III	(258.994)	(197.483)
Cenário IV	129.497	160.252
Cenário V	258.994	320.505

- **Risco de escassez de energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

f. *Gestão do capital*

A Companhia e suas controladas administram o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação do Grupo:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

36. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Energia Contratada	2011 a 2032	661.112	752.841	812.714	821.292	21.463.345

CELPA:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Energia Contratada	2011 a 2032	1.123.344	1.234.943	1.317.959	1.362.272	1.335.556	30.236.113

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

37. Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

37. Segmento de negócios--Continuação

	Distribuição		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Operacionais	8.161.786	8.148.291	53.733	38.938	2.390.880	2.477.829	(1.502.902)	(1.384.611)	9.103.497	9.280.447
Passivos Operacionais	6.709.851	6.767.551	29.615	25.998	36.709	313.771	(520.323)	(354.399)	6.255.852	6.752.921
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	4.463.768	2.778.684	250.406	105.812	862	-	-	-	4.715.036	2.884.496
Custo dos serviços	(3.448.215)	(1.968.701)	(224.679)	(87.381)	-	-	-	-	(3.672.894)	(2.056.082)
Lucro bruto	1.015.553	809.983	25.727	18.431	862	-	-	-	1.042.142	828.414
Despesas com vendas	(248.717)	(146.980)	-	-	-	-	-	-	(248.717)	(146.980)
Despesas gerais e administrativas	(469.754)	(251.137)	(9.794)	(11.567)	(37.547)	(28.043)	-	-	(517.095)	(290.745)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	45.151	169.267	(28.304)	(151.087)	16.847	18.180
(-) Provisão para desvalorização de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	-	-	(4.612)	(5.816)	-	-	(4.612)	(5.816)
	297.082	411.866	15.933	6.864	3.854	135.408	(28.304)	(151.087)	288.565	403.053
Receita financeira	400.345	254.995	1.314	586	87.127	4.263	(15.405)	-	473.381	259.844
Despesa financeira	(696.786)	(347.289)	(527)	(209)	(10.571)	(3.556)	15.405	-	(692.479)	(351.054)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	641	319.572	16.720	7.241	80.410	136.115	(28.304)	(151.087)	69.467	311.843
Imposto de renda e contribuição social	27.134	(102.303)	(6.311)	(2.287)	(11.773)	213	-	-	9.050	(104.377)
Lucro antes das participações dos não controladores	27.775	217.269	10.409	4.954	68.637	136.328	(28.304)	(151.087)	78.517	207.466
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	(5.037)	(1.572)	-	-	(4.843)	(69.566)	(9.880)	(71.138)
Lucro (prejuízo) líquido do período por segmento	27.775	217.269	5.372	3.382	68.637	136.328	(33.147)	(220.653)	68.637	136.328

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às informações trimestrais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

38. Recuperação judicial - CELPA

A CELPA ajuizou, em 28 de fevereiro de 2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também, a proteger o valor dos ativos da CELPA, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado tendo por base as premissas de transferência para a Equatorial Energia S.A., destacando-se:

- 1- aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais);
- 2- a aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição;
- 3- a obtenção de parcelamentos para os tributos que estavam em atraso, bem como para os Encargos Sociais em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses; e
- 4- a repactuação de seu endividamento.

Os credores foram segregados por tipo de crédito, sendo eles:

- 1- Clube de Paris;
- 2- Credores Financeiros em US\$;
- 3- Credores Operacionais;
- 4- Encargos Setoriais;
- 5- Entes Públicos;
- 6- Financeiros com Recebíveis Vinculados;
- 7- Financeiros sem Recebíveis Vinculados;
- 8- Com Garantia Real – Dívida em US\$;
- 9- Com Garantia Real - Dívida em R\$; e
- 10- Intragrupos. Os credores trabalhistas foram tratados de forma exclusiva no plano.

Todos os Créditos Sujeitos ao Plano foram novados pelo Plano e serão pagos na forma por ele estabelecida. Mediante referida novação, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicáveis, exceto em caso de acordos específicos entre o Credor em questão e a CELPA.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

38. Recuperação judicial--Continuação

Para a elaboração do fluxo de pagamentos previsto no Plano, inclusive os valores e os prazos, foram levados em consideração (i) os valores dos Créditos constantes dos Anexos do Plano e (ii) a capacidade de geração de caixa da CELPA tendo em vista o aporte de recursos previsto no Plano. Dessa forma, a alteração, inclusão ou reclassificação de Créditos, ou qualquer outra discrepância entre os Anexos do Plano e o quadro-geral de credores homologado pelo Juiz da Recuperação, não poderá alterar o fluxo de pagamentos previsto no Plano e o valor total a ser distribuído entre os Credores, aplicando-se, nessas hipóteses, as seguintes previsões:

(a) Na hipótese de novos Créditos, não constantes dos Anexos do Plano, serem reconhecidos por decisão judicial ou acordo entre as partes, tais Créditos serão pagos na forma prevista no Plano, com os recursos originalmente destinados ao pagamento dos Credores Financeiros. Tais Créditos serão pagos a partir da data do seu reconhecimento e seus titulares não terão direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

(b) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano terem seu valor majorado, seja por decisão judicial ou por acordo entre as partes, tais Créditos continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, alterando-se, porém, o percentual de pagamento dos Credores do mesmo grupo para comportar o pagamento do valor adicional. O valor adicional do Crédito majorado será pago a partir da data do seu reconhecimento e o seu titular não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

(c) Na hipótese da reclassificação de Créditos constantes dos Anexos do Plano, o valor integral necessário para o pagamento de tais Créditos, conforme forma de pagamento aplicável à classe para qual os Créditos tenham sido reclassificados, será realocado da classe original para a nova classe e fará parte do valor total a ser distribuído para a categoria de Credores em que tais Créditos vierem a se enquadrar. Os Credores da classe original continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a reclassificação do Crédito. O Credor cujo Crédito tenha sido reclassificado não fará jus às diferenças de pagamentos relativas às distribuições que já tiverem sido realizados em data anterior à sua reclassificação.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

38. Recuperação judicial--Continuação

(d) Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano serem reconhecidos como Créditos Não Sujeitos ao Plano, os valores de tais Créditos serão subtraídos dos valores a serem distribuídos entre os Credores da respectiva categoria e deixarão de ser considerados para quaisquer efeitos. Os Credores da categoria da qual os Créditos forem considerados como Créditos Não Sujeitos ao Plano continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a subtração do Crédito Não Sujeito ao Plano.

De acordo com o plano os credores Trabalhistas serão pagos em uma única parcela, os credores Operacionais e os de Encargos Setoriais em até 60 parcelas, os demais credores tiveram uma repactuação de prazos significativamente mais extensa, o que permitirá à Cia. um folego financeiro para sua recuperação.

O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento de CELPA, desde que 1- esse encerramento seja aprovado pela maioria simples dos Créditos presentes na Assembleia de Credores; ou 2- todas as obrigações do Plano que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação do Plano sejam cumpridas.

Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado, nestas demonstrações financeiras intermediárias, são R\$9.072 como passivo circulante e R\$406.602 como passivo não circulante (R\$8.963 e R\$409.530 no passivo circulante e passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012, respectivamente).

39. Eventos subsequentes

- **Adiantamento para futuro aumento de capital da Celpa**
Foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 10 de janeiro de 2014, o repasse de R\$195.000 a controlada Celpa, realizando-se até a data de 31 de janeiro de 2014, como forma de “Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC”. O AFAC é realizado pela Companhia no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Celpa, aprovado e homologado em setembro de 2012. O crédito do AFAC deverá ser utilizado pela Companhia para subscrever e integralizar aumento de capital da Celpa a ser deliberado em assembleia geral extraordinária de tal companhia, a ser convocada oportunamente.

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Eduardo Saggioro

Carlos Augusto Leone Piani

Celso Fernandez Quintella

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Gilberto Sayão da Silva

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Efetivos

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Franceschi

Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor Presidente

Tinn Freire Amado
Diretor

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges
Diretor

Luiz Otávio Bianchini Laydner
Diretor

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-S-MA